



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 08

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 03-03-2010

Aos três dias do mês de Março de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Antero Marques dos Santos, Anabela Almeida Saraiva, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:

Paulo Jorge Lopes Anes, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro e António Manuel Santos Salavessa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara Municipal, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Maria da Luz Nolasco Cardoso, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, João Francisco Carvalho de Sousa e José da Cruz Costa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Raúl Ventura Martins e Ivar Jorge Alves Corceiro, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques, Anabela Almeida Saraiva e Joana Cristina Rodrigues Santos Dias.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰², deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo)

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara ⁰³

Membros da Assembleia
Presidente da Mesa ⁰⁴

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵

“O BE considera que é um mau sinal, que a Comunicação do Presidente comece precisamente por referir algo que não é propriamente da iniciativa da autarquia, estou-me a referir nomeadamente à instalação de uma fábrica da Renault Nissan para construção de baterias.

E não é uma iniciativa da autarquia, porque obviamente não é uma iniciativa da autarquia e aliás, se calhar devíamos é ponderar porque é que a Renault Nissan vem para cá!

A Renault Nissan vem para cá por uma razão muito simples, já tem uma fábrica no concelho e muito provavelmente embora não seja assumido, por termos aqui um pólo universitário muito perto que tem mão-de-obra qualificadíssima. Mão-de-obra qualificadíssima e já agora, potencialmente barata.

Mesmo assim, nós não nos contentamos com isso e achamos que a autarquia mesmo não sendo iniciativa dela devia questionar-se quais são as mais-valias sociais deste investimento da Renault Nissan aqui no concelho.

E nesse sentido, ponderamos duzentos postos de trabalhos que vão ser criados em 2012, se vão ser realmente criados, ou se haverá uma transferência de quadros da Renault já existentes da Renault Cacia neste momento, para a produção de baterias? É que se houver uma transferência de duzentos postos, se calhar estar a falar de criação de trabalhos pode ser um bocado ilusório — aliás é ilusório porque é uma mera transferência.

Outra questão que eu queria ressaltar em relação aos imóveis de interesse municipal. Há aqui duas escolas nomeadamente a Mário Sacramento e a Escola Secundária José Estêvão, que são consideradas imóveis de interesse municipal — em relação a isso nada a opor. Só que eu já tive oportunidade de referir no período de Antes da Ordem do Dia, que há uma particularidade na intervenção das escolas. É que a intervenção nas escolas vai resultar em que as escolas intervencionadas vão passar a ser propriedade da empresa Parque Escolar e portanto, eu considero que há aqui uma boa iniciativa, acho que sim, de facto as escolas são de interesse municipal, mas com esta iniciativa e aplicação da Carta Educativa, vai resultar que elas vão ser propriedade de uma empresa que para mais nem sequer é uma empresa de âmbito municipal, é uma empresa de âmbito nacional.

Portanto, até nesse sentido a autarquia perde um bocado de poder de intervenção, porque o património para todos os efeitos passa a ser propriedade de uma empresa e que depois nós sabemos como é que as empresas públicas são, não há propriamente garantias que ela não venha a ser privatizada.

Já agora perguntava porque é que a escola secundária Homem Cristo também não faz parte desses imóveis de interesse municipal? Se há alguma razão especial para isso acontecer?

E por último queria falar sobre o projecto “HabitAveiro”. O BE é favorável em matéria de habitação a projectos que visem fornecer habitação a pessoas com menos posses, o que não quer dizer que estejamos de acordo com todas as iniciativas, independentemente dos moldes

em que elas são feitas e nesse sentido o projecto “HabitAveiro” não nos parece uma resposta social adequada, porque na realidade é a autarquia que abdica de taxar algumas taxas municipais aos investidores, às construtoras, para depois ter algumas garantias que os preços finais serão não tão elevados.

No entanto esta iniciativa é para casais até 35 anos e com rendimento bruto do casal de 1000 euros! É o rendimento bruto, é o rendimento antes dos impostos. Um casal que tem um rendimento de 1000 euros, conjunto, bruto, aliás tenho aqui os preços base - setenta mil euros um T2. Eu sei que pode parecer barato, se analisarmos o mercado de Aveiro, mas quer dizer para pessoas deste rendimento é uma despesa completamente incomportável, além depois, nós sabemos que vão precisar de financiamento nos bancos e portanto não nos parece de todo uma iniciativa, que vá ter os efeitos pretendidos.

Além disso como já dizia ressaltava que no âmbito do projecto “HabitAveiro” é lá referido que estes preços são preços base e a questão que eu fazia era, esses preços base são preços base, o que é que falta? Será que vão ter que pagar por acréscimo arrumos? Vão ter a pagar por acréscimo o sótão? O que é que se acresce a isso? O que é que é isto do preço base das habitações? Até porque há experiências semelhantes em relação a isto no âmbito de um projecto no Olho de Água pela empresa CAMAP que deu efeitos semelhantes.

E nesse sentido voltava a estabelecer as prioridades do BE, que era a reabilitação urbana, não exactamente a construção de novos fogos e nesse sentido, reabilitação no centro urbano na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, que aliás a seguir vamos discutir o PECA, a reabilitação da Avenida Lourenço Peixinho já consta do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro, não do concelho, na altura era da cidade de 97.

E portanto em termos de intervenção neste âmbito de requalificação e nomeadamente mais especificamente na Avenida Lourenço Peixinho, não se vê nada e era uma oportunidade até por contraponto a estas iniciativas de construção de fogos em zonas descentralizadas de Esgueira, apesar de não estar longe do centro da cidade, ainda é um bocadinho descentralizado e portanto gostava de obter respostas, nomeadamente a esta questão do preço base, do que é exactamente o que é isto?”

Vogal Paulo Marques (CDS/PP)⁰⁶

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁷

Vogal Paulo Marques (CDS/PP)⁰⁸

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁹

“A Comunicação do Presidente é relevante; e tão relevante aquilo que contém como aquilo que omite! E portanto é para nós também relevante falar sobre alguns temas que nela não estão contidos, mas que necessariamente são temas da Ordem do Dia e que nós temos que trazer à discussão.

E retorno aquilo que introduzi na última reunião da Assembleia Municipal, que tem a ver com uma decisão do executivo, deste executivo, de abrir um concurso público para 32 lugares nos quadros da Câmara Municipal. E quanto mais lemos e relemos aquilo que é apresentado e quanto mais tentamos procurar informação que sustentasse esta decisão, mais dúvidas suscitou, e nós queremos trazer a esta Assembleia Municipal várias questões.

Uma é dizer desde logo que a situação financeira da Câmara, como todos sabemos e não é só da Câmara, é a nível nacional e internacional, exige muita prudência. E quando estamos a falar de prudência, estamos a dizer que cada vez que tomamos uma decisão para gastar um tostão, um euro, temos que perceber se de facto nós vamos conseguir ter o retorno dessa opção e se neste caso concreto a opção de tornar um custo que hoje, - e a Senhora vereadora daqui a pouco com certeza que nos irá esclarecer, que é supostamente um custo variável, num custo fixo e quanto é que isso vai agravar os cofres da Câmara Municipal?

E a questão que nós colocamos é, como a senhora vereadora nos disse a semana passada, que não vai haver um aumento de um euro face a esta decisão, a questão que nós perguntamos é: se estes 32 novos colaboradores da Câmara Municipal não vão ter salário? E portanto, ou vão ou não vão ter salário, porque entrarem 32 novas pessoas, estas pessoas vão ganhar um salário e nós fizemos algumas contas e as contas que estão associadas a perfis deste género, se nós calcularmos que cada um dos novos colaboradores da Câmara Municipal vai ganhar cerca de 1.500 euros por mês, valores médios, isto dá ao final do ano, um valor de cerca de seiscentos e oitenta mil euros de encargos para a Câmara Municipal.

Portanto obviamente que é motivo de estupefacção para o Partido Socialista, ouvir da parte da Senhora Vereadora uma resposta a dizer que esta decisão não tem qualquer encargo para a Câmara Municipal.

E portanto queremos de facto perceber como é que é possível, porque os seus colegas vereadores das finanças e de outras autarquias estão “mortinhos” por ouvir a sua resposta, porque querem obviamente também ter esse condão de poder fazer pessoas sem gastar um tostão!

Mas não é só a dimensão financeira que preocupa. É também a dimensão da justificação de abrir 32 lugares na Câmara Municipal. Nós temos um universo de cerca de mil colaboradores como há uma semana nós falámos e a questão que nós colocamos é: o que é que aconteceu para que seja neste momento necessário, 32 novos técnicos superiores na Câmara ou praticamente técnicos superiores na Câmara? Saíram muitos colaboradores para a reforma? E portanto essas contas estão feitas ou houve um aumento substancial de trabalho na autarquia que exija 32 novas pessoas?

E portanto, como nem uma nem outra nos parecem respostas convincentes, nós perguntamos então, o que é que disseram os departamentos e os serviços da Câmara Municipal, qual foi a justificação que levaram à reunião de Câmara, cada uma das divisões e dos departamentos, para justificar este aumento dos custos, que no nosso entender é um aumento substancial de custos que a autarquia vai ter depois deste concurso se concluir?

E uma terceira questão, que tem a ver com os perfis ao olharmos para a redacção do concurso, olhamos para uma coisa que nos deixou também muitíssimo surpreendidos, para além de não termos justificação sobre os outros, há dois que nos chamam particularmente a atenção: um, é a abertura de três postos no Gabinete de Relações Públicas da Câmara, ou seja, num momento em que nós vivemos, na situação que nós vivemos, que a Câmara Municipal vive, como é que é possível achar que é fundamental para a Câmara Municipal abrir três novos lugares no Gabinete de Relações Públicas da Câmara Municipal?

Mas não contente com esta situação, a Câmara Municipal acha ainda que ao arripio daquilo que é o quadro legal em vigor, vai abrir dois postos de trabalho para o Gabinete de Apoio ao Executivo, que é uma coisa nunca antes vista. O Gabinete de Apoio ao Executivo, como penso que os senhores deputados sabem e o Senhor Presidente sabe e toda a gente sabe, existe na Lei que o Senhor Presidente por ser Presidente da Câmara tem direito a ter um chefe de gabinete, um adjunto, dois ou duas secretárias e cada um dos senhores vereadores tem direito a ter uma secretária. E é aquilo que a Lei confere aos executivos e aos seus vereadores e ao Senhor Presidente para poder estar apoiado no seu trabalho; e obviamente que são decisões exclusivamente individuais e pessoais, pessoas de confiança política às quais os partidos não têm nada que ver.

Agora, dizer que para além disto e como a Lei não confere abrir um concurso público para um gabinete de apoio ao executivo, que é aquilo que aqui está escrito, eu tenho-o aqui à minha frente e depois os senhores hão-de ir-se embora, espero que mais cedo do que mais tarde! Os senhores hão de se ir embora e quando os senhores se forem embora, aquelas pessoas que agora são escolhidas para o gabinete de apoio ao executivo, da vossa exclusiva confiança, são as pessoas que vão dar apoio aos novos executivos que hão-de vir. Portanto isto não faz qualquer tipo de sentido.

Isto leva-nos à terceira dimensão do problema ou à quarta!..

E a quarta dimensão do problema é a forma como vamos seleccionar estas pessoas. E o concurso que é feito de forma habilidosa e a redacção é feita de forma habilidosa, permite que as pessoas que se candidatarem a estes lugares, não estejam em igualdade de circunstâncias de selecção. E se assim não for, eu gostava de uma resposta peremptória desta Câmara Municipal e eu já perguntei a semana passada e gostava de a ouvir esta semana e a pergunta é muito simples: é saber se todas as pessoas que se candidatarem a cada uma das tipologias, vão ser qualificadas, avaliadas nas mesmíssimas condições? Porque o júri também é conhecido e às tantas aquilo que nos surpreende e pode causar dúvida, é eventualmente nós estarmos perante uma situação em que os critérios subjectivos de avaliação das pessoas, que são nomeadamente a entrevista, sejam feitas por pessoas que por acaso e por coincidência até conhecem as pessoas que se vão candidatar! Por acaso e por coincidência, são pessoas que até trabalham na autarquia! Por acaso e por coincidência, são pessoas que foram escolhidas para os gabinetes de apoio ao executivo; e nós não sabemos se a redacção do concurso foi feito para isto, mas desconfiamos! E como desconfiamos, vamos (e esse é um compromisso de honra que vamos assumir), fiscalizar de forma rigorosa, tudo aquilo que for os passos deste concurso e vamos pedir ao Senhor Presidente que nos traga os seguintes dados muito concretos (espero que o Senhor Presidente nos esteja a ouvir); 1.º – o número de candidatos, que cada lugar a cada lugar vai ter; 2.º – se todos (e isto estamos a falar á posteriori) os candidatos fizeram as mesmas provas e foram avaliados da mesma forma; e 3.º - a lista das pessoas escolhidas, avaliadas, escolhidas e já agora com uma nota que é, á frente uma coluna da Excel á frente que nos diga, qual é a função e o local onde essas pessoas trabalhavam antes de ganharem esse concurso; e se o Senhor Presidente nos trouxer essa informação, nós ficamos todos muito mais satisfeitos e esclarecidos sobre este concurso público.”

Vogal Celina França (PS) ⁰¹⁰

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹¹

“Senhor Presidente, antes de mais uma saudação muito especial para V. Exa e para a excelentíssima Mesa. É a primeira vez que participo nesta nova assembleia. Estive ausente por razões particulares, e institucionais. Normalmente acontece que a Assembleia reúne em dias que estou noutras funções – daí a minha tristeza em não ter estado presente e estar aqui hoje com particular agrado.

Quero saudar V. Exa e a Mesa, quero saudar o executivo na pessoa do Senhor Presidente, quero saudar os senhores deputados municipais, senhoras e senhores colegas desta Assembleia. Quero uma saudação especial aos novos colegas autarcas aqui também presentes, e quero fazer aqui uma saudação especial, de uma pessoa que me habituei a admirar e a respeitar pela sua forma de estar e pelo seu profissionalismo — refiro-me ao senhor Manuel Cartaxo. O senhor Manuel Cartaxo, secretário desta Assembleia, agora Dr. Manuel Cartaxo, acaba de se licenciar. Merece da nossa parte um reconhecimento pelo exemplo que nos deu e que dá a todos. Desejo que, na nova condição, obtenha os maiores êxitos senhor Cartaxo, e obviamente que nesta Assembleia e noutras funções que possa vir a desempenhar venha a ter muitos sucessos. Eu estou acostumado a tratar as pessoas pelo nome, se me permitem ainda ontem estive aqui e como imaginam eu participo em muitas reuniões onde está muita gente ilustre, letrada, e costumo ver o nome das pessoas e não os títulos atrás. E por isso, o exemplo que nos deu deve ser seguido por muitos aveirenses e obviamente que esta Assembleia vai continuar a beneficiar, esta Assembleia ou outras funções que venha a desempenhar no município de Aveiro e na câmara municipal da sua nova condição.

Agora, a Comunicação do Senhor Presidente apraz-me aqui registar uma obra e a adjudicação de uma obra, que para nós freguesia de Oliveirinha (e é nessa condição que aqui estou) é uma obra de bandeira! Trata-se da reabilitação daquilo que nós chamamos a coluna vertebral da freguesia de Oliveirinha. A Estrada Nacional 230-1, que liga (para quem não conhece) com a estrada que vai de Aveiro a Cantanhede e vai até Águeda, passando por Eixo. Esta estrada vai ser reabilitada, numa obra importante de requalificação e que esperamos senhor Presidente da Câmara seja iniciada este mês.

Mas não basta. Como imaginam, nós somos seres insatisfeitos por natureza e por isso faço aqui um apelo público ao senhor Presidente da Câmara, ao seu executivo, a todos quanto tiverem possibilidade de influir, aos funcionários municipais porventura, e desta assembleia também, para que seja rapidamente requalificada uma via que é uma das três vias estruturantes do acesso Sul da cidade de Aveiro. É a ex-estrada nacional 235 que liga S. Bernardo/Oliveirinha/Nossa Senhora de Fátima, até à via rápida Aveiro/Mamoadeiro.

É frequente, quem entra naquela estrada, pessoas que nos visitam dizer se eu Armando Vieira, Presidente da ANAFRE, não tenho vergonha de ter aquela estrada assim!?

É uma vergonha do município de Aveiro! Eu sei que o senhor Presidente da Câmara está consciente disso. As dificuldades do município têm impedido que esta obra ande com a necessária rapidez. Para melhor avaliar a condição daquele pavimento será necessário percorrer um pequeno troço a pé. Eu faço aqui um desafio. Parem no cruzamento da Diatosta e caminhem até à Toca do Grilo ou até ao restaurante Pelé e vejam se aquilo não é efectivamente uma prioridade.

Se me permite ainda senhor Presidente, ouvi aqui falar o senhor deputado Gonçalo Fonseca no retorno dos investimentos, falou disso. Eu quero e aproveito a oportunidade para falando de retorno de investimento, permita-me que o diga (e peço para a compreensão da Mesa), a relação custo benefício resultante de um estudo que há e que a ANAFRE mandou fazer do trabalho das freguesias em Portugal. Nós tínhamos uma fundada convicção de que esse trabalho era imbatível com qualquer outro nível da administração pública, referíamos-lo constantemente nas reuniões que tínhamos nas mais variadas áreas com a administração pública em Portugal. Contudo não tínhamos uma certeza. Hoje temos uma fundada certeza. Um estudo desenvolvido pela Universidade Lusíada, estudo aprofundado que envolveu todo o território nacional e regiões autónomas da Madeira e dos Açores, comprovou que o trabalho da freguesia em determinadas áreas das competências directas das freguesias ou de competências delegadas pelo município, a relação do custo/benefício é de um para quatro!

É imbatível este trabalho. O Senhor Presidente da Câmara sabe muito bem do que falamos, porventura os senhores Presidente de Junta sabem também muito bem.

É esta caminhada, sempre numa maior capacidade de envolvimento das populações, mas também numa experiência de gestão nas mais variadas áreas, e acima de tudo numa coisa que é comum a todos nós e que as Juntas de Freguesias beneficiam naturalmente, que é a proximidade e a acção directa sobre os problemas.

Era isto que eu queria aqui referir. Dizer aos nossos colegas de Juntas de Freguesia que estamos no bom caminho nesse aspecto e que urge estarmos atentos, porque vêm aí tempos muito difíceis para a nossa administração pública em Portugal, nomeadamente para este alicerce do sistema político em Portugal que são as freguesias. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS) ⁰¹²

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰¹³

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) ⁰¹⁴

Vogal João Barbosa (PS) ⁰¹⁵

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰¹⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [017](#)

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, neste espaço temporal de três meses a que nos reporta esta sua comunicação por motivos profissionais não tive tempo de ir ao tal varandim do tal prédio alto da nossa cidade que me permitiu da outra vez ver e tomar conhecimento de como Aveiro, cidade e concelho, estão a mudar e a mudar para melhor. A mudar tendo em conta as pessoas e a sua qualidade de vida. Mas Sr. Presidente para a minha próxima ida ao tal varandim que irá ser para breve, também lhe direi que convidarei o meu amigo Nuno Marques Pereira para me acompanhar e para assim poder ver sem interferências oculares ou lentes divergentes que obstaculizem a qualidade da visão e assim também ele como pessoa bem formada que é, possa de lá de cima do tal prédio alto e do tal varandim privilegiado ver como Aveiro está a mudar e a mudar para melhor.

Quanto aos últimos 3 meses a que se refere a sua comunicação no meu ponto de vista e como na última Assembleia já aqui foi afluído nesta época de crise o que há mais a realçar é claramente a aposta de uma empresa multinacional em Aveiro.

Empresa que ao criar ou instalar cinco fábricas de baterias para carros eléctricos a nível mundial, decidiu instalar uma e optar pelo concelho de Aveiro e quero crer Sr. Presidente que esta opção também teve a ver com as condições que a labuta diária do Executivo liderado por sua Excelência criou e dotou o nosso concelho pois certamente se esta empresa não sentisse condições no concelho de Aveiro criadas pelo Executivo camarário não optaria certamente por Aveiro mas sim por outro concelho com outras condições, digo eventualmente melhores condições.

Convém não esquecer que esta unidade fabril de alta tecnologia e de grande valor ambiental além de trazer para o nosso concelho 200 postos de trabalho directos trás emprego qualificado, duradouro e de qualidade em recursos humanos.

Ao criar esta empresa e estes postos de trabalho em Aveiro, Aveiro está também a diminuir o flagelo nacional que é o desemprego com todas as suas repercussões sociais que daí advêm.

Esta empresa e a sua instalação no nosso concelho tornam também Aveiro uma referência no investimento em tecnologias limpas que visam a redução das emissões poluentes, foi esta, foi a Naval ria com a tecnologia para aproveitamento das ondas do mar, é o parque da sustentabilidade é a UTMB, enfim Sr. Presidente tudo projectos que claramente melhoram a qualidade de vida dos Aveirenses e projectam o nosso concelho para a vanguarda das tecnologias não poluentes, diria projectam Aveiro para o futuro.

Queria também fazer uma ligeira referência à empreitada de melhoramentos da EN 230-1 entre Quintas e Eixo, empreitada que tem a participação do FEDER em 70 % o que mostra que o Executivo tem estado atento nos projectos que escolhe e que têm tido o apoio do governo central.

Também a municipalização dos canais da ria na sua vertente citadina é de extrema importância para agora e só agora a CMA colocar na ordem alguns operadores turísticos que a coberto do turismo, dos turistas e dos moliceiros utilizavam, usavam e degradavam os canais pois utilizavam-nos numa fuga total às regras de navegação em canais estreitos, degradando claramente os murros com a velocidade excessiva que originava ondulação e deteriorava os ditos murros.

Também da sua comunicação Sr. Presidente se extrai a boa relação e os projectos comuns que o Executivo tem levado a cabo com as Juntas de freguesia que são o baluarte e a referência máxima do poder democrático autárquico e de proximidade de eleitos e eleitores embora muitas vezes incompreendidas.

Neste âmbito gostava de realçar a homenagem feita aos autarcas das freguesias, uma cerimónia bem merecida, o esforço no passar para o terreno as delegações de competências, e até pasme-se Sr. Presidente, o levar à prática projectos em parceria com a junta de freguesia da Vera Cruz cujo Presidente nunca o ouvi aqui felicitar o Executivo por essas acções como

refere na pagina 3 no âmbito dos festejos da passagem do ano onde houve festejos promovidos pelo executivo em parceria com a junta de freguesia da Vera Cruz do nosso Amigo João Barbosa notável.

Há ainda dois pontos que gostaria de abordar,

Um foi o cancelamento do aumento do valor das rendas das habitações da CMA e queria realçar este facto numa altura em que o desemprego não para de aumentar, numa altura em que o aumento do desemprego não para de criar casos sociais muito graves, e casos sociais para mim não são estatísticas mas são sim pessoas, pessoas que estão muitas vezes em situações dramáticas de passar fome, de não ter que dar de comer aos filhos, de mandarem os miúdos de manhã para a escola em jejum, de não cumprirem regimes terapêuticos porque não têm dinheiro para os medicamentos, e caros amigos nesta vertente sei claramente do que falo.

Quanto ao valor das rendas sociais gostaria que o Sr. Presidente ou o respectivo Vereador me esclarecessem melhor do alcance social desta medida.

O outro e ultimo assunto que gostaria de abordar aqui hoje e que já na ultima assembleia foi abordado é o teatro Aveirense, teatro Aveirense que neste espaço de tempo teve a mudança do seu director artístico.

Em primeiro lugar e em relação ao teatro, musica e demais cultura gostaria de dizer que sou um assíduo consumidor pagador destes bens imateriais.

Quanto à alteração do director artístico e da nomeação do Pedro Jordão para o cargo, apraz-me dizer que foi com muito agrado que assisti à sua apresentação pública e ao seu discurso, numa cerimónia nos princípios de Janeiro e que fiquei agradado dando já aqui os meus parabéns ao executivo, à Sra. Vereadora da Cultura e a toda a Administração do Teatro Aveirense, ficando esperançado que a aposta numa pessoa de Aveiro, qualificada, da área, e jovem possa trazer ao teatro Aveirense novamente os Aveirenses e que quem tem que frequentar outras casas de espectáculos da nossa região o faça por complementaridade à programação do Teatro Aveirense e não por exclusão à programação do nosso Aveirense.

Vogal João Barbosa (PS) [018](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) [019](#)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) [020](#)

Vogal Carlos Picado (PS) [021](#)

Vogal Paulo Jesus (PS) [022](#)

Presidente da Mesa [023](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) [024](#)

Vogal Paulo Jesus (PS) [025](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [026](#)

“Senhor Presidente já agora pegando nesta última questão, Senhor Manuel Prior, a questão é tão só esta, a questão é de saber se a Câmara tem ou não tem (como fez o meu colega de bancada muito bem a pergunta) um projecto estratégico para Aveiro. Essa é que é a questão! Porque é preciso. A Câmara tem que ter qualquer coisa pensada em relação ao que pretende e como pretende edificar, etc.

Em relação à fábrica Renault Cacia, queria dizer o seguinte: é preciso perceber que o próprio Governo tinha uma ideia concreta, quando lhe apareceram os investidores e a possibilidade de fazer a implementação em Portugal, tinha uma ideia concreta para fazer essa captação. É preciso perceber como se dizia aqui e bem, que Aveiro reunia uma série de condições, porquê? Porque tinha acessos para isso! Tinha acessos para isso! E também e especialmente, por causa da Universidade. E nesse sentido, eu não deixo de fazer lembrar com regozijo por exemplo, que a relação entre a Universidade e a Câmara parece essencial e com alguma satisfação assisti ao facto do Senhor Presidente da Câmara ter ido à posse do Senhor Reitor!

Coisa que não aconteceu sempre desde que foi eleito! Coisa que não aconteceu sempre — e que me parece lamentável! O que me parece lamentável!

Ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara agora que já não tem pelouros, já tem mais tempo para ir às tomadas de posse e representar realmente condignamente a Câmara nos actos oficiais. Ainda bem que o senhor Presidente agora que já não tem pelouros e pode representar a Câmara, e não mais existirão jantares com os Presidentes da Câmara todos do distrito e com o Senhor Primeiro-ministro, onde a Câmara de Aveiro se faça representar pelo senhor Vice-presidente.

Ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara já não tem pelouros e possa estar presente e não ausente, quando o senhor Presidente da Câmara de Ílhavo, capitaneia politicamente a região de Aveiro, quando devia ser a Câmara de Aveiro que é a capital de distrito a usar esse papel. E portanto ainda bem tudo isto! Ainda bem tudo isto!

Se calhar a fábrica da Renault já é um bom prenúncio. Vamos lá ver se o Senhor Presidente da Câmara agora se porta à altura e não faz nada para que eles desistam da ideia de cá implantar na autarquia.

Quanto à municipalização dos canais da ria. Também deve ser outra obra do actual executivo Senhor Manuel Prior. Também deve ser uma obra da autarquia! Também deve ser, a municipalização dos canais.

A questão é que é um desejo antigo da cidade, de todos nós creio eu, que foi realmente capitaneado pelo Dr. Alberto Souto (foi, era uma proposta clara), envidou esforços e conseguiu pressionar junto do Governo, é assim; foi após muito combate, porque a única coisa que eu me lembro que o PSD fez foi criar um gabinete da ria que ficou no papel e que nunca saiu do papel quando o Dr. Marques Mendes era Ministro.

Essa é que é a verdadeira questão. E pegando na municipalização dos canais e pegando também e aí nas palavras realmente sensatas (pelo menos essa parte eu gostei da sua intervenção) em relação à circulação dos moliceiros e o que isso pode ou não danificar nos muros com a velocidade e com o batimento, é preciso que se perceba. Mas já agora o Senhor Manuel Prior esqueceu-se de dizer ao actual executivo que este muro que caiu aqui ao pé da Assembleia Municipal, que está aqui há anos, ainda não foi arranjado! Há muito tempo! E a requalificação dos muros que foi feita no tempo do Dr. Alberto Souto foi feita por quem? Foi feita por quem?

Deixe-me só dizer-lhe o seguinte: em relação aos canais e ao facto dos canais, eu peço, isso não tem propriamente a ver forçosamente, mas na Comunicação Escrita, vem uma menção sobre o Carnaval. Penso eu se não estou em erro, creio que me recordo disso e o que é certo é que o Carnaval é sempre um gasto, mas o Carnaval das crianças do meu ponto de vista faz sentido, não é. Não fazia sentido o Carnaval tal qual se fazia e se celebrava em Aveiro, o da Paróquia, talvez ali o Prof. Manuel António Coimbra já não seja muito da minha opinião, que é mais dedicado às coisas da igreja que eu. Mas o Carnaval da Paróquia, o que faz sentido em Aveiro, eu digo isto já há muito tempo nesta Assembleia, que é recuperar o carnaval da ria, como símbolo da cidade e transformá-lo num dos símbolos e num dos eventos que Aveiro tenha, para também ser, porque o carnaval da ria é claramente um produto turístico, e a função do executivo, entre outras, é também ajudar a criar produto turístico. É também ajudar a criar produto turístico!

E isto é um evento que se faz com relativa facilidade, com muito mais impacto do meu ponto de vista ou com tanto como a Volta a Portugal, onde a Câmara tem gasto muito dinheiro e onde não tem do meu ponto de vista o mesmo impacto que tinha. Porque não sei se vocês se recordam, quando apareceu o Carnaval da Ria, as reportagens que foram feitas e aquele tempo de antena é por si só (para além do evento e das pessoas que cá vêm) um evento importante na cidade. Portanto a Dr.ª Maria da Luz que tem o pelouro, que anote isso no seu caderninho. Mas o vereador da 'pasta' que anote isso também no seu caderninho, porque acho que faz todo o sentido fazer essa revitalização como produto turístico para a cidade.

Isto por um lado. Por outro lado a regulamentação e a ajuda e a interacção com os operadores turísticos na cidade. E acho que isso faz todo o sentido. Do meu ponto de vista, eu acho que os operadores turísticos dos canais deviam ser obrigados a fazer três paragens para que se pudesse realmente circular nos moliceiros. Uma paragem na Câmara Municipal de Aveiro, outra paragem na ponte de praça e outra paragem depois lá à frente no canal de São Roque. E portanto haveria uma circulação obrigatória.

Eu percebo que seja, eu não sei bem como é que se poderia resolver isso, mas eu creio que a partir da próxima concessão, quem não fizesse isso ou quem não se disponibilizasse a fazer isso não tinha a concessão e ponto final parágrafo.

Uma paragem obrigatória. Um indivíduo paga o bilhete e pode circular nos três sítios e fazer disso, ainda que não seja evidentemente um meio de transporte propriamente dito, fazer com que se possa circular nos três pontos.

E eu estou a dar esta ideia de borla, é para que o executivo possa brilhar, porque estou convencido que é um grande sucesso.

Se formos a Barcelona, por exemplo, o turista normal não anda de autocarro nos transportes públicos de Barcelona. Compra o passe turístico e anda nos autocarros de dois andares e faz disso duas coisas: primeiro como meio de desenvolvimento turístico, mas segundo também como meio de transporte fazendo-se circular entre a cidade.

E em Aveiro isso faz todo o sentido. Comprando um bilhete, conseguir-se-ia através do moliceiro ir andando entre as várias etapas. Era um meio de transporte evidentemente turístico, com um preço completamente diferente, de teor privado como é evidente, mas de alguma maneira a Câmara tem que catapultar isso. É para isso que serve. É para isso que serve ou também é para isso que serve!

E creio que eram mais ou menos as notas que queria deixar.

Querida ainda também fazer aqui uma nota a uma intervenção de um colega meu de bancada sobre as multas para peões e sobre as colocações das passadeiras. É uma nota pessoal. Eu acho que se legisla muito neste país e algumas leis quando vão contra o que é o espírito social é muito difícil de fazer cumprir.

É mais ou menos como aquela norma do não dar comida aos pombos, que acho que faz todo o sentido do ponto de vista lógico, mas que é realmente muito complicado de fazer cumprir.

E depois fica a lei no ar e não há punição. Sente-se a sensação que a lei não é respeitada e isso é mais prejudicial para as outras normas, porque se cria a sensação de que há Leis que não são cumpridas. E isso sim e essa sensação de impunidade muito negativa, quer mesmo nas normas camarárias quer também e sobretudo nas normas da Lei da República.

E uma última referência em relação à questão de Cacia ser Aveiro. Não foi seguramente equívoco nenhum até porque o nosso Presidente da República em comunicação que fez ao país, fez o favor de dizer em nosso nome aos madeirenses: – “madeirenses, quero que saibam que os portugueses estão convosco.” E portanto neste sentido foi um pouco também esta norma que vos queria deixar!”

Presidente da Mesa ⁰²⁷

Vogal Joana Dias (BE) ⁰²⁸

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁹

“Congratulando-me com a assinatura do acordo entre a tutela e a CMA sobre a utilização dos canais urbanos da cidade, pretendíamos referir que os canais serão com certeza mais abrangentes que os simples limites da zona Urbana.

Quero com isto sugerir a autarquia para o abandono a que se encontra o Lago do Paraíso — bem nos limites da nossa cidade!?”

Este espaço imenso que bordejia as entradas de Aveiro, serve com certeza para tudo e para todos se houver vontade política no seu aproveitamento.

Em primeiro lugar servirá certamente como bacia hidrográfica para captação de todas as águas que poderão desaguar dos canais urbanos e lago da Fonte Nova em tempo de cheias e grandes fluxos de água de montante. Será considerado e funcionará como a grande caldeira da cidade impedindo assim a inundação das zonas urbanas.

Para tal bastará transferir/construir a comporta que se encontra na ponte do Pavilhão do Beira-mar, para o único acesso existente do lado do Rio Boco (a montante da Ponte da Gafanha).

Servirá certamente como área de experiências no campo da Piscicultura, Bivalves, Moluscos e Algas para a Universidade de Aveiro desenvolver os seus estudos e experiências científicas.

Alimentará ainda algumas marinhas de sal a requalificar e recuperar, integrando-as nos diversos programas existentes neste âmbito, podendo mais uma vez a UA ter um papel preponderante nestes estudos.

Servirá também como centro de experiências no estudo e protecção das margens dos canais da Ria, a ela recorrendo para os diversos ensaios estudados pelos técnicos e alunos universitários da área de construção civil e mecânica.

Servirá certamente para o Grande Estádio Náutico de Aveiro, para a prática (em águas abrigadas) da Vela, Remo, Canoagem, Motonáutica, etc., como o mesmo já foi na década de sessenta.

Servirá com certeza para um apoio às auto-caravanas e campistas que nos visitam e que Aveiro/cidade pouco tem para os acolher, pois não existe nenhum parque de campismo na zona urbana da cidade.

Não só por isto, mas também pelo ex-líbris de Aveiro (que é sem dúvida toda a nossa bacia hidrográfica) que cada vez mais é mais urgente e premente a autarquia assumir ter um vereador com um pelouro para estes complexos e diversificados assuntos; pois a Ria de Aveiro bem o merece e exige.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰³⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³¹

“Bom gostaria muito que o meu colega Manuel Prior me tivesse convidado para a varanda do prédio alto onde ele costuma olhar para o município.

Mas mesmo não a tendo, não preciso de ir realmente para a varanda dele, não a cobiço, só convidou o Nuno Marques Pereira não me convidou a mim, mas não preciso de olhar da varanda para perceber que realmente o município se está a mexer, que o município se está a melhorar, de Norte a Sul, de Este a Oeste.

Podemos logo imaginar, olhei a Norte, e começamos pela Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, toda esta boa notícia que nos vem e que faz todo o sentido que abra a Comunicação que é uma fábrica com o renome da Renault/Nissan, pretende instalar no nosso concelho, na freguesia de Cacia, uma das cinco unidades mundiais de produção de baterias para carros eléctricos. É importantíssimo e por isso é aqui que se nota a dinâmica do município — isto a Norte.

A Sul, o meu colega Armando Vieira, a quem saúdo pela relevância que desempenha, pelo cargo que desempenha, e pelo reconhecimento que tem a nível nacional como Presidente da Associação Nacional de Freguesias, o meu colega Armando Vieira falava aqui da requalificação da estrada 230/1. Significa também que o município a sul, está a ter o seu desenvolvimento, está a criar laços de cooperação entre as diferentes valências que o compõem.

A Poente temos falado do Parque da Sustentabilidade. É uma infra-estrutura que vai ser ter um conjunto de infra-estruturas que vão ser também relevantes e que vão modificar não há dúvida, a face não só da nossa cidade, mas também do nosso município como um todo.

A Nascente vamos ver crescer, não temos visto, mas sabemos que está a crescer uma Unidade de Tratamento Mecânico Biológico e à qual eu gostaria de tecer agora algumas considerações.

É de regozijo a transformação que o nosso município de Aveiro está a ter. E é sobre esta transformação a Nascente que eu gostaria de conversar um bocadinho aqui nesta Assembleia Municipal a vários níveis.

O primeiro deles tem a ver com todo o conjunto de infra-estruturas que vão poder ser potenciadas pelo facto de haver um investimento também na zona nascente do nosso município.

Estou-me a lembrar da estrada Aveiro/Águeda que é importante, e que nasce e pode levar a um desenvolvimento precisamente porque a Unidade de Tratamento Mecânico Biológica aparece no local onde vai aparecer; estou-me a lembrar também do próprio nó da auto-estrada da A1, que queremos e temos que continuar a insistir (e a insistir muito), para que não caía no esquecimento — e que vai ter que se fazer.

Agora para nós termos este conjunto de infra-estruturas de desenvolvimento, e para estas infra-estruturas serem de verdadeiro desenvolvimento, nós vamos ter que com atenção podermos ir acompanhar o seu crescimento.

E em relação ao Tratamento Mecânico Biológico, há um dos aspectos que me preocupa e que vem na Comunicação do Senhor Presidente da Câmara e que tem a ver com a produção de resíduos e o tratamento selectivo!? Aquilo que nos é transmitido na Comunicação através dos Serviços na página 21, vem uma tabela, em que mostra a quantidade de resíduos colectados de indiferenciados, de vidros, de papel de embalagens e também de óleo.

E aquilo que nós verificamos é que as quantidades de vidro, de papel de embalagem e de óleo são ainda demasiado residuais para aquilo que pode ser um aproveitamento em pleno, que todos nós queremos que aconteça, em relação ao desenvolvimento pleno da Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico.

Porque esta unidade de Tratamento Mecânico Biológico só pode tratar os lixos se nós formos capazes de, por trás, termos um conjunto de metodologias, de hábitos de reciclagem, de separação de lixos, que permitam depois a sua valorização. E é isto que me parece que o município precisa da nossa ajuda e precisa da ajuda de todos os municípios para convenceremos e para pressionarmos se for preciso a Ersuc para que haja aqui uma sensibilização cada vez maior por parte dos nossos municípios. E aqui lembro que este tratamento, esta Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológica não é só do concelho de Aveiro, é de toda uma região — e por isso este tratamento terá que ser feito a nível de toda esta região.

E eu não sei e era isso que eu gostava de perguntar ao executivo, se tem mais informações? Porque são assuntos que não são notícia, mas que nós temos que nos manter informados quanto a eles. É se realmente a Ersuc está a criar campanhas efectivas de sensibilização da recolha selectiva e da diminuição dos resíduos colectados, indiferenciados, no sentido de podermos valorizar aquilo que realmente pode ter valor no Tratamento Mecânico ou Biológico.

Este é um assunto que já foi aqui trazido na última Assembleia Municipal por um munícipe, que também foi objecto de decisão da conferência de líderes, de que nós iríamos propor a esta Assembleia a criação de uma Comissão de Acompanhamento.

E por isso eu estou a aproveitar também esta oportunidade, porque não há outra oportunidade para se poder falar sobre este assunto (e que me parece que poderá ser feito aqui), de dizer e porque ficou combinado na conferência de líderes que a bancada do PSD iria trazer em nome de todos uma proposta a esta Assembleia, uma proposta que diz o seguinte:

PROPOSTA: «No seguimento da intervenção de um munícipe, na reunião da Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro e por decisão da conferência de líderes de 03 de Março, a bancada do PSD faz a proposta de criação de uma Comissão de Acompanhamento na construção da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, a instalar no concelho de Aveiro.

A Comissão será composta por um elemento de cada agrupamento municipal e um elemento da Mesa».

É esta a proposta. Penso que é esta a proposta de consenso entre todos nós, que gostaríamos de trazer. Uma Comissão independente, da Assembleia Municipal, e que não invalida a participação que a assembleia municipal e os seus membros possam ter na outra Comissão que está prevista de acompanhamento na Câmara — que tem o acompanhamento muito mais amplo.

Esta Comissão como digo, é uma Comissão independente, que irá intervir junto do senhor Presidente da Câmara, junto dos senhores Vereadores, junto da Ersuc, junto daquelas entidades que a Comissão ache por bem poder integrar, e em conjunto reflectir sobre este conjunto de assuntos que deveras poderão ser importantes de serem tratados com a devida antecedência e cujos problemas ou eventuais problemas possam ser desde já antecipados.

Ainda a este propósito e agora retomando um pouco a localização a Poente do nosso município, gostaria só (para terminar uma vez que o meu tempo já terminou) de trazer a esta Assembleia um assunto que eu ouvi vá lá, podia-lhe chamar assim, tertúlia, num conjunto de amigos que se encontraram e em que foi apresentado um estudo (que eu desconhecia e que por isso partilho também com esta Assembleia Municipal, porque penso que poderá ser interessante) trazido pelo Prof. Carlos Borrego — e por isso penso que feito pela Universidade de Aveiro, sobre uma localização de uma possível estação do TGV junto da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico!

Foi a primeira vez que eu ouvi falar sobre uma proposta para esta localização. Era uma estação de TGV que ficaria no nosso município, ficaria na freguesia de Oliveirinha, e traria algumas vantagens que penso que valia a pena nós discutirmos e introduzirmos no debate, em relação à proposta que neste momento nós temos sobre a Mesa, de termos uma estação junto ao nó da AI, e de uma outra estação em que havia uma comutação para que os comboios do TGV pudessem passar para a linha do norte e passar para a estação central de Aveiro.

Ou seja, esta proposta do Prof. Carlos Borrego que eu achava que o Senhor Presidente da Câmara poderia interessar-se por esta proposta, pedindo ao Prof. Carlos Borrego, uma vez que ele quando fez esta proposta nesta tertúlia o fez publicamente também, e parece que já tinha apresentado esta proposta à RAVE, parece que valia a pena nós discutirmos.

Esta proposta tinha um senão, mas que se enquadrava neste arranjo que nós queremos fazer da ligação na AI. É que teria que haver um rearranjo de uma curva da AI junto ao sítio onde eventualmente vai sair o nó da AI para o acesso à Unidade de Tratamento Mecânico Biológico.

E por isso, como vai haver esse arranjo, esta estação para a linha do TGV poder passar, precisava de um ligeiro desvio da AI nessa localização. Parece-me que atendendo ao conjunto de modificações que nós estamos neste momento a propor para toda a zona nascente do nosso concelho fazia sentido que nós introduzíssemos também mais esta variável, no sentido de podermos também nessa zona, que eu continuo a acreditar é uma zona que vai valorizar muito o nosso município, mas podia ser mais valorizada, não só pelo nó da AI mas também por poder ter uma estação de acesso directo de Aveiro ao TGV.

Esta era a reflexão que deixava aqui ao senhor Presidente da Câmara e a todos os membros da Assembleia, no sentido de atendendo a que esta questão do TGV parece que está numa fase ainda em que poderá não avançar para já, poder ser objecto de mais alguma reflexão. Principalmente se dessa reflexão decorrer algo que venha tornar-se de muito benéfico para o nosso município.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰³²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³³

“Quanto às eventuais contrapartidas, eu sei tanto como o meu amigo Nuno Marques Pereira! Todos nós sabemos aquilo que veio nos jornais, aquilo que nós fomos discutindo nesta Assembleia. Talvez o senhor Presidente de Eirol, a quem foram feitas promessas, então é que nos possa realmente esclarecer quanto a estas promessas.

Mas como disse, se ele próprio não sabe bem o que é que lhe prometeram então aí estamos mal! Aí estamos mal!

Agora o que eu tenho a certeza e eu não sei se são contrapartidas ou não são, é que nós não podemos aprovar a instalação de uma unidade de tratamento mecânico-biológico em que os camiões continuem a passar nas nossas estradas municipais. Pronto, então se é óbvio, é óbvio que há aqui o instrumento complementar a realizar.

Quando se constrói uma infra-estrutura, temos que criar um conjunto de acessibilidades que permitam que essa infra-estrutura funcione. E por isso eu não vejo de outra maneira. E por isso é dentro deste princípio que para mim é óbvio que, o nó da AI tem que ser aberto na zona da unidade de tratamento mecânico-biológico, assim como a estrada Aveiro/Águeda tem que se construir por causa da unidade de tratamento mecânico-biológico. Aliás se não houver pelo menos estas duas infra-estruturas, não me parece que haja condições para nós aceitarmos que haja abertura desta nova unidade de tratamento.

E por isso dou isto de barato não é. Agora, as outras...?! Eu espero que haja mais. Eu espero que haja mais! Pois é, eu não sei se há mais, agora espero que haja muitas outras contrapartidas as quais não sabemos.

Agora quanto à questão, se eu levantei a questão do TGV que foi trazida para uma tertúlia e que a mim me agradou favoravelmente e a trouxe aqui a esta Assembleia, é porque achei que era pertinente e fazia todo o sentido que houvesse, se concordassem com esta localização, explicada por mim em dois ou três minutos e que pudesse ser explicada muito mais bem explicada e fundamentada pelo Prof. Carlos Borrego. E se eu a trouxe a esta Assembleia é porque acho que deve vir aqui. Porque eu acho que é um assunto muito importante para Aveiro. É que para mim eu vi naquela proposta uma luz ao fundo do túnel e achei completamente surrealista que nunca ninguém tivesse falado naquela proposta! Eu desconheci-a completamente.

E por isso acho que (para mim), faz todo o sentido que seja nesta Assembleia, seja noutra local, possamos discutir o assunto e nós em Aveiro possamos mostrar a bondade dessa solução, porque me parece que essa solução em relação àquilo que é o traçado do TGV, é exactamente a mesma coisa que a estação esteja cinco quilómetros mais atrás ou cinco quilómetros mais à frente, mas em termos de desenvolvimento do concelho de Aveiro significa ter uma estação dentro do nosso concelho ou ter uma estação a vinte quilómetros fora do nosso concelho.

E por isso, atendendo a isso, acho que é de todo pertinente que nós possamos indagar junto do Prof. Carlos Borrego, quanto a realmente se ele gostaria de partilhar connosco e através de nós com todos os aveirenses, essa sua solução.”

Presidente da Mesa ⁰³⁴

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Soares e Fernandes ⁰³⁵

Vereadora Maria da Luz Nolasco ⁰³⁶

Vereadora Ana Neves ⁰³⁷

Vereador Carlos Santos ⁰³⁸

Vereador Pedro Ferreira ⁰³⁹

“Se me permitem responder apenas a algumas questões que achei mais pertinentes, tecer alguns comentários também.

Em relação à cobertura do Estádio. Como sabem foi fruto do vendaval que se abateu sobre nós num célebre Domingo. Já as reparações começarão amanhã, com a limpeza da estrutura e das placas que foram levantadas para depois serem repostas.

Quanto às próprias reparações que o Estádio vai necessitando, nós tivemos há cerca de quinze dias uma reunião com o consórcio e esperamos resolver para breve as divergências que temos com eles.

Quanto à Carta Educativa, a questão que o senhor deputado pôs em relação a termos neste momento apenas 10% do investimento previsto a avançar e que assumiu que nós estamos a seleccionar as freguesias e que não vamos cobri-las a todas!

Dizer o seguinte: nós estamos neste em termos temporais com 8% do mandato a ser concluído e portanto estamos com 10% do investimento lançado! Acho que é uma boa meta! No entanto dizer-lhe também isto (e como sabe tem pessoas da área na sua bancada), em termos de Carta Educativa ela foi vista não só em termos de freguesias, mas também em termos de agrupamentos.

Neste momento estamos a lançar já escolas em três. Neste momento já temos lançada em quatro agrupamentos dos sete que pertencem ao Concelho de Aveiro e a nossa prioridade foi em termos de concretização, muito simplesmente porque temos poucas verbas disponíveis, avançar com aquelas onde tínhamos terrenos da Câmara Municipal.

Quanto à questão que foi colocada em termos de Carnaval. O Eng. Carlos Santos falou um bocadinho, mas eu gostava de transmitir-vos isto: relação custos/publicidade versus impacto que tem na Câmara Municipal e no município ao nível de receitas. Nós temos a perspectiva em relação à volta de Portugal muito clara em relação às coisas. Nós temos um impacto em termos de comunicação social ao nível daquilo que são as transmissões televisivas bastante importante quando há chegadas. Temos um impacto muito maior quando temos aqui em Aveiro as partidas. E portanto quando nós fazemos a avaliação dos investimentos a fazer, nós temos sempre a avaliação do impacto económico no município, para além do impacto turístico que possa ter mais tarde. Temos sempre que conjugar estas duas realidades.

O Carnaval da Ria, com certeza que é uma coisa que foi lançada numa altura que teve uma condicionante. Com certeza sabem que foi a patente ter sido registada por uma pessoa fora do nosso concelho e portanto é sempre uma situação mais complicada de esgrimir.

No entanto eu gostava de vos transmitir e só fazer esta referência para que não pensem que depois há alguma salema com alguma freguesia. Também houve o Carnaval de Esgueira e portanto não foi só em Cacia e não foi só na Glória, também houve em Esgueira.

Quanto à questão do passe turístico e ao exemplo de Barcelona. Nós temos esse exemplo bem patente. Nós estamos a avançar antes do passe com duas questões que para nós são essenciais para articular esta questão.

Primeira, desenvolver roteiros turísticos importantes para conseguir que em Aveiro haja um maior período de estadia nos nossos hotéis e portanto podermos ter uma maior oferta aos nossos turistas ou aos turistas que vêm a Aveiro. E também a questão da bilhética. É importante de facto termos uma bilhética em comum de forma a conseguirmos estabelecer este espaço e que eles permitam uma inter-modalidade, não só com os nossos transportes locais, mas com os transportes de outros operadores turísticos.

Eu queria (porque foi falado na questão dos canais da ria e das pressões que foram feitas ao longo dos anos) prestar um agradecimento a alguém que para nós, e que para mim pessoalmente foi importante neste processo, que foi o senhor Secretário de Estado o actual Secretário do Estado no Ambiente Dr. Humberto Rosa. Que foi uma pessoa neste processo, nos

pareceu que liderou muito bem, e fazer esta referência a este Secretário de Estado que está neste mandato e esteve no mandato anterior.

Quanto à questão do Lago Paraíso, se me permitirem só dar esta nota. Com certeza saberão, foi levantada pelo deputado do Partido Popular que é o Lago do Paraíso é uma das áreas prioritárias de intervenção a nível do Polis Ria. E nós temos essa percepção e todos os contributos que fizerem serão importantes para nós, ajudarmos ao projecto, porque de facto sabemos que é uma zona sensível do nosso município.

Quanto à parceria pública ou privada para as escolas dizer-vos apenas isto: nós contamos trazer o assunto à próxima Assembleia Municipal.

Por último duas notas quanto às campanhas de sensibilização. Estão previstas para o ano de 2010, para além das campanhas que já foram iniciadas e já aconteceram duas este ano da SUMA, acontecerá ainda mais duas da SUMA. Acontecerá uma campanha de sensibilização não só para o nível dos jovens e adolescentes, que são as campanhas direccionadas pela SUMA, mas uma campanha para toda a população que será feita pelos Serviços Municipalizados e que nós contamos ser muito em breve. E ocorrerão em três tempos diferenciados, campanha pela Ersuc essencialmente no tempo do verão; segundo as informações a campanha dos SMA's irá ainda acontecer este mês.

Por último, uma nota da Comissão. Os senhores deputados, só para terem esta nota, nós aprovámos há duas reuniões atrás (julgo eu) estabelecer uma Comissão. Essa Comissão tinha previsto um representante da Assembleia Municipal. Se puder ajudar a que haja alguma celeridade neste processo nós propúnhamos que em vez de um fosse então um representante de cada grupo parlamentar e portanto, assim em vez de termos duas Comissões a funcionar em paralelo tínhamos uma mais alargada, correspondendo julgo eu aos vossos anseios.”

Presidente da Câmara ⁰⁴⁰

“Três notas finais de assuntos que terão ficado em aberto.

Em relação à unidade de tratamento, só lembrar, embora sendo desnecessário, que a construção de uma Unidade de Tratamento Mecânica-Biológica no Concelho de Aveiro não foi uma ideia assim que nos surgiu durante a noite, tranquilamente. Ela surgiu, porque tínhamos e temos em Aveiro um problema gravíssimo que é um aterro a céu aberto. Surge para dar resposta concreta a um problema concreto e grave que nós temos no nosso concelho.

Quanto à RAVE e à Estação e ao estudo do Prof. Carlos Borrego. Que me lembre nunca ouvi falar sequer que o Prof. Carlos Borrego tinha feito para esse fim (a estação da RAVE) um estudo. Que eu saiba! Este processo como imaginam foi complexo, houve inúmeras propostas, sugestões, estudos, localizações, posso-vos dizer que até na 109 chegámos a andar a fazer estudos para ver da possibilidade de poder existir. Depois de muitos estudos houve três traçados que foram propostos. Depois dois traçados que foram ficando assim numa análise muito profunda destas questões.

Que eu me recorde a possibilidade da estação ficar naquela localização que foi aqui referida conflituava com uma questão técnica. Recordo-me na altura que seriam necessários penso que cerca de dois quilómetros rectos e planos para que se construísse a estação. E isso teria como consequência a passagem a Norte da zona lagunar, consequências graves em termos das obras de arte que teriam que ser construídas e daí uma das razões porque essa ideia terá sido abandonada.

Também me recorde neste processo e ainda em relação à afirmação aqui feita e uma vez mais, que este foi mais um estudo feito às escondidas, portanto sem ninguém saber nada — nós lá às escondidas fomos resolvendo isto! Recordar e penso que todos se recordam ainda, de uma reunião para a qual convidámos todos os membros da Assembleia Municipal, Executivo e RAVE, exactamente para que esse assunto pudesse ser discutido por todos.

Se isto é às escondidas, quando estamos todos a discutir o assunto, eu penso que já não sei o que é às escondidas?! Recordo-me inclusive nessa altura que numa tentativa de antecipação o

Partido Socialista pela pena, caneta do seu ex-Presidente, que era Presidente na altura, num comunicado ou numa entrevista que dá à Comunicação Social, antes da reunião com a RAVE, até se antecipa dizendo que o PS está a tentar colaborar com o Governo para encontrar a solução. Portanto, se isto é às escondidas, penso que já não sei neste mundo o que é às escondidas, penso que nada iremos fazer até ao fim e nunca fizemos nada que não seja às escondidas.

Quanto à Nissan/Renault e aos canais da Ria, enfim, uma nota só que eu quero dar. Primeiro, é bom sinal que as coisas acontecem. E quando acontecem já é muito positivo.

Naturalmente e temo-lo dito aqui muita vez e vamos continuar a dizê-lo ao longo de toda a nossa vida, nada neste mundo se constrói, nem se consegue sozinho, consegue-se com o trabalho e com o esforço de muita gente.

E quero por exemplo em relação à Renault/Nissan, neste projecto, dizer que temos que começar por estar gratos a quem há trinta anos conseguiu trazer para cá a Renault. Está aí o começo há trinta anos daquilo que aconteceu agora na actualidade. Há uma imensidão de pessoas e de entidades a quem temos que agradecer. Relevar muito aqui, por uma questão de inteira justiça (não sei se já o referi mas) a AICEP, foi excepcional o Senhor Presidente, os seus técnicos, os seus responsáveis, foram de um contributo inexigível neste processo e nós tivemos oportunidade de no final quando ele se concluiu, de escrever uma cartinha pessoal a todos eles, foram notáveis, a agradecer o esforço que desenvolveram.

Agora o que nós não estamos habituados é a esta forma de estar. Nós lemos nos jornais, notícias de câmaras a anunciar a ida da Renault/Nissan para os seus concelhos! Legitimamente, legitimamente. Mas nunca ouviram de nós uma única palavra. Mesmo quando ao meio-dia menos cinco quando foi a concretização do processo, que como sabe publicamente ainda não sabia onde ficava, quando entrámos na sala, é evidente que os jornalistas entendem e é fácil de entender que venha para Aveiro. E ao meio-dia menos cinco as televisões vêm em directo para me entrevistar e a resposta é: não falo do assunto, só no final da apresentação. “Então, mas está aqui o senhor, é para Aveiro?” Eu não falo no assunto até ao final da apresentação. Mas não podia ir para mais lado nenhum, é o senhor o único que aqui está! Pois, mas eu não falo no assunto até ao final da apresentação. Depois no final, ela é apresentada e terei gosto em falar.

Portanto, isto são formas de estar que nos parecem que a prática nos tem ensinado, que estes assuntos resolvem-se de forma discreta, de forma serena, de forma tranquila, nos locais próprios, com as pessoas próprias é que estes assuntos se resolvem.

E espero, certamente teremos todos muito gosto, mais à frente, teremos mais uma ou duas surpresas em relação a investimentos grandes para Aveiro. Porque no fundo o importante aqui não é andarmos assim um pouco como naquele jogo infantil que nós temos nas escolas: -fui eu. Não fui nada eu, foste tu.

Acho que não fica nada bem a ninguém. Fomos todos naturalmente. O importante é que venha! O importante não é quem traga — isso é que é o mais importante. O importante é criar duzentos postos de trabalho directos, mais setecentos indirectos. São novecentas famílias que podem ter uma qualidade de vida melhor em Aveiro e é pena que isto não se possa multiplicar por dez, para em vez de termos novecentos famílias, termos nove mil famílias, porque essa é a nossa grande preocupação.

Por último que não em último, uma nota para a questão dos concursos que estão a ser promovidos. Gostei muito das preocupações do Dr. Gonçalves. Muito! Muitas preocupações das quatro dimensões do problema. Penso que é uma reflexão profunda dos gastos que isto implica dos seiscentos e oitenta mil euros por ano, pelos trinta e dois lugares... vou dar nota do seguinte: - nós em relação ao pessoal temos tido uma política concreta.

Nós começámos por assumir publicamente um compromisso, que foi no final do mandato ter menos um funcionário do que tínhamos quando começámos o nosso mandato.

Recordam-se na altura até, de que houve algum tom jocoso em relação a esta afirmação, mas era um objectivo. Porque ao reduzir um funcionário no nosso mandato, não era só um, estávamos a inverter uma tendência que existia aqui de forma continuada no nosso município.

E dizer-vos que, nos dois mandatos anteriores aos nossos o número de funcionários do universo municipal passou de oitocentos e dezanove para, mil cento e três. Em dois mandatos o número de funcionários do universo municipal aumentou quase em trezentos funcionários.

Por isso quando dizíamos que queríamos baixar um no mandato, estávamos a dizer – não iremos admitir (o que seria normal), estes trezentos. E nós quando entrámos tínhamos mil, cento e três, e no primeiro mandato, no único mandato que nós tivemos, o primeiro, baixámos esse número de mil cento e três para novecentos e cinquenta e cinco. Nós reduzimos cento e quarenta e oito funcionários. Estou a falar da prática, do concreto, do que se decidiu, do resultado da nossa acção.

Mas reduzimos o número de funcionários, mas naturalmente queríamos respeitar os funcionários. E temos uma situação no município que não é fácil de resolver dados os contornos e as obrigações legais que nós temos e considerando aquilo que foi o Despacho que saiu em 2007 ou uma norma que saiu em 2007 que proíbe os municípios, às autarquias, de pagar através de recibos verdes.

E nós temos no nosso município, infelizmente ao longo de muitos anos, temos muitos funcionários que ainda estão a receber a recibos verdes; penso que são trinta e oito ou trinta e nove o número de pessoas no total que estão a receber a recibos verdes — o que neste momento é ilegal.

E só há duas formas de tentar resolver esses trinta e dois lugares ou trinta e nove lugares que estão ainda a recibos verdes. Só há uma de duas formas: ou despedem-se as pessoas ou legaliza-se a situação! E a única forma de legalizar a situação é através de concursos. Portanto estamos a falar de lugares que estão ocupados. Estamos a falar de lugares que com os quais o município tem encargos. E quando é dito aqui que não há aumento de encargos para o município é porque no fundo são lugares que estão ocupados e com os quais temos gastos.

Ficam lá (isto é importante) os que lá estão? Não sei. Não sei, porque essa é uma decisão que vai ser tomada pelos júris naturalmente.

Da nossa parte o que há é a consciência que procurámos encontrar uma solução para que esta ilegalidade seja ultrapassada e seja resolvida. Agora compete a cada um que vai a concurso preparar-se devidamente para que nesse concurso possa mostrar que é melhor do que os outros e possa naturalmente mostrar por escolha do júri e eu confio na honestidade de todas as pessoas. E há pouco ficou-me aqui a ideia de que, enfim, poderia haver a ideia que estaríamos num mundo com desonestos. Eu não acredito nisso. Confio na honestidade das pessoas todas. Confio na honestidade do nosso Director de Departamento dos Serviços Administrativos, confio na idoneidade do membro do júri externo que há-de vir da Universidade de Aveiro ou do Porto. Confio nos responsáveis pelas áreas naturalmente de que eles saberão tomar a melhor decisão, porque a decisão do júri conforme sabem é soberana.

Terminando com duas certezas. A primeira é que no final do nosso mandato vamos ter menos funcionários do que tínhamos quando entrámos. E a segunda é de que todos aqueles que vão pertencer ao município, aos quadros da Câmara, no final deste processo vão estar devidamente legalizados! Todos. O município vai legalizar a situação de todos os funcionários porque é assim que se respeita quem trabalha e é assim que se respeita aquela que é ou deverá ser a nossa maior riqueza, são os nossos funcionários.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁴¹

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰⁴²

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) ⁰⁴³

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁴

“Querida acrescentar que realmente esta Assembleia hoje parece que decidiu falar sobre o Carnaval da Ria, ou Carnaval dos Canais. Não estou muito de acordo com a resposta que o vereador da Câmara Municipal deu sobre o assunto - que Carnaval da Ria era uma marca que estava registada por alguém de fora do distrito. Eu penso que isso não tem questão nenhuma. Eu penso que a situação se uns querem chamar Carnaval da Ria, chama carnaval dos canais, carnaval de Aveiro e portanto não tem questão nenhuma. Portanto desde que haja vontade como eu disse no meu documento, desde que haja vontade política as coisas fazem-se. Se não houver vontade realmente nada se faz.

Posso acrescentar inclusivamente que eu como dirigente de uma Associação Desportiva, estou realmente a pensar realizar um Carnaval na Ria, com moldes bastante característicos e bastante diferentes daquilo que se tem feito por aí.

Outra coisa que eu também queria dizer em relação à comissão de acompanhamento para a unidade tratamento. Quero dizer que a ideia desta Comissão que foi pensada e a Assembleia Municipal como órgão fiscalizador da Câmara é realmente que haja uma Comissão independente. Portanto a Câmara fica com a sua Comissão e esta Assembleia Municipal terá a Comissão organizada devidamente para podermos estar mais à vontade, podermos criticar realmente tanto de um lado como do outro e para darmos as nossas opiniões.

A ideia de juntar as duas Comissões, Câmara e Assembleia, penso que não terá o acordo desta Assembleia, pelo menos foi o que saiu de certa forma da nossa reunião de líderes.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁵

“Retomando o tema de há pouco e de facto, tendo ficado ainda mais, para além de desiludido, com a falta de competência relativamente às respostas que obtivemos, fiquei ainda mais assustado pelas duas constatações do Senhor Presidente da Câmara.

A primeira é que após um Despacho de 2007, dito pelo Senhor Presidente da Câmara, a Câmara demorou três anos a encontrar uma solução para resolver o problema dos prestadores de serviços. Portanto está há três anos numa situação de ilegalidade sem conseguir resolver o problema de trinta e oito prestadores de serviços.

A segunda questão é ter assumido perante todos aqueles cidadãos que neste momento já se apresentaram ao concurso e são umas dezenas provavelmente serão umas centenas largas, assumir que isto não é de facto um concurso público. Isto é uma farsa! Porque o Senhor Presidente da Câmara deu a entender (embora depois tenha dito que o júri é o júri e o júri é que vai avaliar), que só havia duas soluções para essas pessoas: ou eram despedidas ou eram dispensadas do que faziam ou se encontrava uma solução para as pessoas e a seguir veio o concurso público.

Portanto aquilo que nós estamos a dizer (e não sejamos hipócritas que não vale a pena, toda a gente o percebe) é que este concurso público foi criado para resolver esse problema e não foi dito às outras pessoas. E há centenas de pessoas neste país que anseiam por uma oportunidade de emprego, que gastam dinheiro, que se esforçaram, que vão estudar e que não vai valer de nada. E por causa disso mesmo, nós estamos não a questionar a honestidade do júri, mas estamos a questionar a forma como foi elaborada a redacção deste concurso, que permite ao júri que sem nenhum problema de ética, nem problema legal, tomar as suas decisões e aquilo que vai acontecer é que - e por isso é que nós lhe pedimos que trouxesse à posteriori a lista das pessoas, o que vai acontecer e toda a gente vai poder ver, é que as pessoas que vão ser seleccionadas, serão a 100%, na sua grande parte, são as pessoas que já estavam a trabalhar na Câmara.

E tendo em conta que são pessoas que obviamente estão na Câmara e que têm reconhecida informação sobre aquilo que lhes vai ser pedido em termos de funções, estão em melhores condições porque conhecem o júri e o júri conhece essas pessoas.

Mas eu queria perguntar ao senhor Presidente de forma muito concreta para uma resposta muito concreta, que é saber se há pessoas indicadas para os gabinetes por nomeação política, que estejam em condições de poder usufruir daquilo que está colocado na redacção deste programa, nomeadamente da isenção da prova escrita.

E vamos ver e isto fica gravado para que vejamos todos, quando sair o concurso e a lista que é pública, o senhor Presidente não precisa de a trazer porque nós vamos fazer esse trabalho e depois vamos-lhe dizer a si, o que é que estavam a fazer essas pessoas antes. Quem eram. O que é que são. E quais são as funções. O senhor Presidente nessa altura vai perante os duzentos, trezentos, quinhentas pessoas que estiverem a concorrer neste concurso, vai-lhes dar uma palavra de agradecimento pelo esforço que as pessoas tiveram, mas que afinal isto já estava tudo feito.”

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰⁴⁶

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁴⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴⁸

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰⁴⁹

Presidente da Mesa ⁰⁵⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵¹

“Só para dizer o seguinte. Nós vivemos em relação à questão deste concurso uma situação concreta. Se gostamos dela ou se não gostamos, naturalmente que não gostamos. Mas ela existe, está à nossa frente. E aquilo que o PS aqui defendeu foi que havendo essa situação a solução é esta: é que essas trinta e nove pessoas sejam despedidas e que os trinta e nove lugares fiquem vazios e vagos na Câmara — foi o que aqui foi sugerido indirectamente pelo Partido Socialista. Porque só há uma solução para este processo, não há mais nenhum. Aqui só há uma de duas hipóteses. Isto interessa politicamente, eu percebo. É pena que o Partido Socialista como partido dos trabalhadores seja o primeiro aqui a pôr em causa trinta e nove trabalhadores. Isto é que é grave!

Vou dizer o seguinte: só há uma de duas soluções, ou despedimos as trinta e nove pessoas, inequivocamente chegamos ao pé delas, rua, vão-se embora, ou fazemos um concurso!

Agora, nós não abrimos (e ficou aqui claro há pouco) concurso para trinta e nove pessoas. Nós abrimos um concurso para trinta e nove lugares que é muito diferente. Vamos abrir concurso para trinta e dois e a seguir mais sete lugares. Abrimos concurso para isso. “Quem tiver unhas toca guitarra.”

O que é dito às pessoas é assim: está aqui uma oportunidade, vai haver um concurso, preparem-se, trabalhem, porque naturalmente só vai entrar quem tiver mérito, porque o que vão ser ocupados não são trinta e nove pessoas, o que vai ser ocupado são trinta e nove lugares. E acima de tudo, a imagem de uma Câmara que cumpre e que respeita e que deve respeitar os trabalhadores. E é isso no fundo o que vai acontecer connosco.

Vamos respeitar os trabalhadores e vamos fazer com que a Câmara no final deste processo consiga uma coisa excelente: é que tenha a situação perfeitamente regularizada desses trinta e nove lugares, com esses trinta e nove trabalhadores, sem custos adicionais para o município.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁵², nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos por cinco minutos.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa⁰⁵³ colocou à votação a proposta de criação da Comissão de Acompanhamento na Construção da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, sendo a mesma aprovada por maioria.

Membros da Assembleia

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁵⁴

Presidente da Mesa ⁰⁵⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁵⁶

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰⁵⁷

Continuando, o presidente da Mesa⁰⁵⁸, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição. Depois de lida⁰⁵⁹ a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o presidente da Mesa⁰⁶⁰ deu por encerrada a segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 10 de Março (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:45 horas do dia 04 de Março de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:15)